

Mercado prevê plano

■ 'Independência ou Morte' terá preço reduzido

CONSUELO DIEGUEZE
LUCILA SOARES

O mercado financeiro já deu até nome ao próximo plano econômico: Independência ou Morte. Seria a extensão do redutor que já vigora para os salários às tarifas públicas e a alguns preços privados, principalmente dos oligopólios. Mas fala-se de tudo nesse início de setembro agitado pela inflação em alta, pela perspectiva do pronunciamento do ministro Fernando Henrique Cardoso no dia 13, e pela nomeação de Pêrsio Arida para o BNDES, compondo com Edmar Bacha e André Lara Resende um trio de *pais* do Plano Cruzado.

Na verdade, o pano de fundo desse debate é uma discussão antiga entre economistas: o ajuste fiscal tem que estar concluído antes de outra medida de estabilização ou uma pancada firme na inflação pode ajudar o acordo político necessário ao ajuste? As opiniões continuam divididas. Mas cresce o time dos que acreditam que o governo será obrigado a tomar alguma atitude.

O economista Daniel Dantas, do Banco Icatu, avalia que não é mais possível esperar pelas "pré-condições", como o ajuste fiscal, para se adotar medidas de impacto. Isso já foi tentado pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira, sem resultados. "Sempre haverá um desequilíbrio e o governo não pode esperar indefinidamente por um acerto geral nas suas contas, enquanto a inflação sobe a cada mês", avalia.

A incorporação de Pêrsio Arida à equipe veio reforçar a

tese de que o governo está disposto a adotar medidas de combate à inflação. Andréa Calabi, que participou da elaboração do Plano Cruzado, está convencido de que virão medidas previamente comunicadas à sociedade.

Não há consenso quanto ao conteúdo das medidas que estariam por vir. O economista Alberto Furuguen, ex-diretor do Banco Central, hoje sócio da consultoria Macroanálise, está convencido de que a equipe está no caminho da adoção de uma âncora cambial moderada. Trocando em miúdos, seria uma mudança na velocidade da desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar, que hoje se dá em sintonia com a inflação. As tarifas públicas passariam a ser ajustadas pelo dólar e os preços privados seriam negociados.

José Cláudio Ferreira da Silva, do Ipea, aposta na dolarização para muito breve, embora em uma versão mais branda que a argentina. Carlos Langoni, do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas, espera prefixação de tarifas públicas e aprofundamento da privatização.

O professor Luiz Roberto Cunha, da PUC, diz que o governo deve promover uma desindexação negociada, mas não no curto prazo. E José Julio Senna, diretor do Banco da Bahia, tem um argumento para descartar um enfrentamento mais direto:

"O governo precisa negociar medidas duras com o Congresso, como a reforma da Previdência, o fim da estabilidade do funcionalismo, entre outras. E nenhum político vai aderir à impopularidade se a inflação estiver caindo."